

ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESNUTRIÇÃO E OBESIDADE NO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 2013 E 2023

SALESSE, Brenda Spiazzi
USCOCOVICH, Vanessa
MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata

RESUMO

Este estudo analisou a evolução dos índices de desnutrição e obesidade no estado do Paraná entre 2015 e 2024, com foco na compreensão da dupla carga da má nutrição — a coexistência de baixo peso e excesso de peso na população. Os dados provenientes do SISVAN, VIGITEL, DATASUS e IBGE revelaram uma expressiva redução da desnutrição ao longo da última década, especialmente devido ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, de políticas sociais e da ampliação de programas de segurança alimentar. No entanto, apesar desse avanço, a desnutrição persiste em grupos vulneráveis, como populações indígenas, ribeirinhas e comunidades rurais, que ainda enfrentam níveis significativos de insegurança alimentar. Paralelamente, observou-se um crescimento contínuo do sobrepeso e da obesidade em seus diferentes graus, com destaque para o aumento da obesidade grau I, que se configura como etapa inicial da progressão para quadros mais graves. Essa tendência reflete mudanças no estilo de vida, marcada pelo sedentarismo, alto consumo de alimentos ultraprocessados e desigualdades socioeconômicas. A redução da faixa de peso adequado reforça a consolidação da transição nutricional no estado e acende um alerta sobre o agravamento do perfil metabólico da população. Os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas integradas e ações preventivas permanentes, especialmente voltadas à educação alimentar e ao acompanhamento nutricional precoce.

PALAVRAS-CHAVE: Desnutrição, obesidade, políticas nutricionais, indicadores socioeconômicos

1. INTRODUÇÃO

A análise da dupla carga da má nutrição — a coexistência de desnutrição e obesidade — é fundamental para compreender os desafios atuais da saúde pública no Brasil. Essa realidade reflete mudanças no padrão alimentar e nos estilos de vida da população, intensificadas por transformações socioeconômicas e urbanas. O estado do Paraná, com suas particularidades regionais, apresenta um cenário propício para investigar como esses fatores influenciaram os índices nutricionais ao longo do tempo.

De acordo com Santos *et al.* (2019), embora a desnutrição infantil tenha diminuído consideravelmente, os índices de obesidade têm crescido de maneira preocupante, principalmente entre as populações em situação de vulnerabilidade. Esse paradoxo alimenta uma crise de saúde pública que demanda respostas baseadas em dados atualizados e específicos de cada região. A análise da evolução desses indicadores no Paraná entre 2015 e 2024 permitirá compreender se as políticas públicas adotadas foram eficazes ou se, de forma não intencional, contribuíram para o agravamento de novos problemas nutricionais.

Nesse sentido, foi problema desse estudo a seguinte questão: qual é a qualidade dos alimentos da população e seus conhecimentos acerca disso, o que isso impacta no meio e na saúde populacional? Visando responder ao problema proposto, foi objetivo dessa pesquisa: analisar a evolução dos índices de desnutrição e obesidade no Paraná entre 2015 e 2024. De modo

específico, esta pesquisa buscou identificar os principais fatores que contribuíram para a desnutrição e obesidade no período analisado; avaliar a relação entre indicadores socioeconômicos e os índices nutricionais; investigar as políticas públicas implementadas e seu impacto nos indicadores de saúde nutricional.

Além disso, a pesquisa se justifica pela necessidade de subsidiar a formulação de estratégias mais integradas e equitativas de intervenção, capazes de enfrentar os determinantes sociais da saúde e promover hábitos alimentares saudáveis. A compreensão da transição nutricional no estado é uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento de ações preventivas e educativas que respeitem as especificidades regionais, fortalecendo o Sistema Único de Saúde (SUS) em sua missão de garantir bem-estar à população.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A DUPLA CARGA DA MÁ NUTRIÇÃO

A coexistência entre desnutrição e obesidade, conhecida como “dupla carga da má nutrição”, representa um dos principais desafios contemporâneos em saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Essa condição reflete um processo de transição nutricional, caracterizado pela redução dos índices de desnutrição acompanhada pelo aumento de doenças relacionadas ao excesso de peso, como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares **【1】** .

No estado do Paraná, a realidade não é diferente. Com a urbanização acelerada e mudanças nos hábitos alimentares da população, houve uma substituição de alimentos in natura por produtos ultraprocessados, ricos em açúcares, gorduras e sódio **【2】** . Tais transformações, aliadas às desigualdades socioeconômicas, contribuem para a polarização dos indicadores nutricionais.

2.2 FATORES SOCIOECONÔMICOS E NUTRICIONAIS

A literatura aponta que baixos níveis de escolaridade, renda e acesso a serviços de saúde estão diretamente relacionados à má qualidade da alimentação e aos extremos nutricionais **【3】** . A insegurança alimentar, presente em diversas regiões do Paraná, expõe famílias tanto à

fome quanto ao consumo excessivo de alimentos baratos e pouco nutritivos, agravando o panorama da saúde coletiva.

Estudos realizados com dados do IBGE e do SISVAN demonstram que a obesidade atinge com maior frequência populações economicamente vulneráveis, sobretudo mulheres e crianças, enquanto a desnutrição ainda persiste em áreas rurais ou comunidades indígenas com acesso limitado à alimentação adequada **【4】** .

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), instituída pelo Ministério da Saúde, visa combater os problemas nutricionais da população brasileira por meio de ações

intersetoriais, promoção da alimentação saudável e incentivo à educação alimentar e nutricional
[5] .

No entanto, sua efetividade no Paraná depende da implementação local, da capacitação das equipes de saúde e da articulação com outras políticas sociais, como segurança alimentar, assistência social e educação.

A análise dos dados do VIGITEL, DATASUS e SISVAN possibilita compreender se as estratégias adotadas nos últimos anos foram eficazes na redução da desnutrição e no controle do crescimento da obesidade.

3. MATERIAL E MÉTODOS

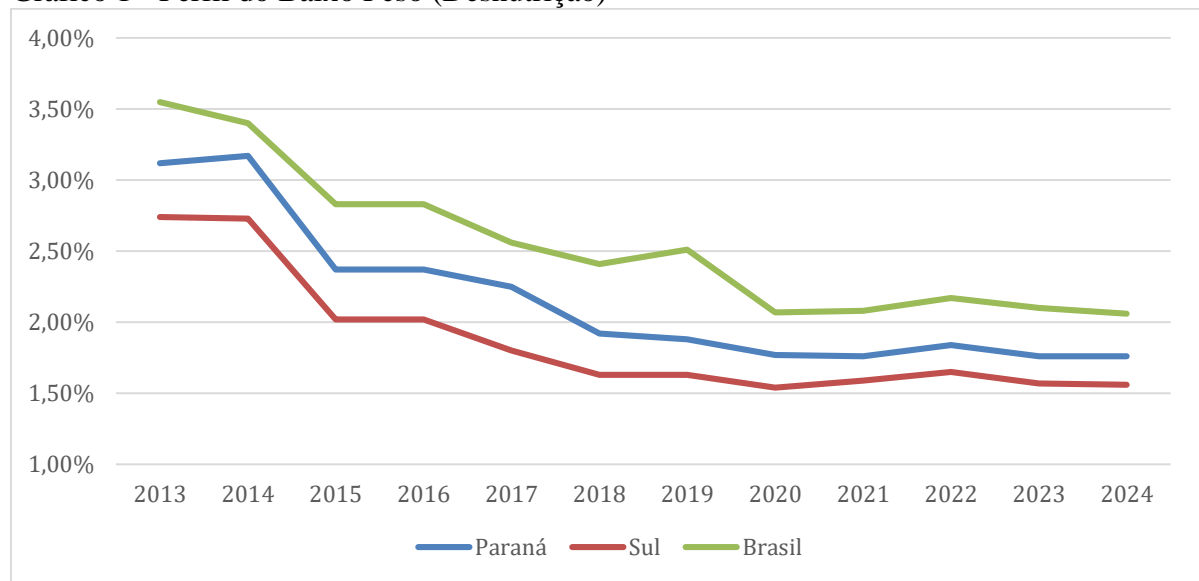
Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e exploratório. Quanto ao método, é uma pesquisa documental com abordagem hipotético-dedutiva, baseada na análise de bases de dados secundários de livre acesso, como DATASUS, SISVAN, VIGITEL e IBGE. A natureza do estudo é aplicada, com finalidade de subsidiar políticas públicas e estratégias de saúde.

Foram analisados dados populacionais do estado do Paraná, entre os anos de 2015 e 2024, considerando diferentes faixas etárias e sexos. Não houve recrutamento direto de indivíduos, pois a pesquisa utilizou exclusivamente dados públicos e anonimizados.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Os dados serão organizados em planilhas e analisados estatisticamente. Os resultados, sejam favoráveis ou não, serão divulgados com responsabilidade científica.

Gráfico 1 - Perfil do Baixo Peso (Desnutrição)



Fonte: Sisvan (2025) organizado pelos autores.

Os dados do SISVAN demonstram uma **tendência consistente de redução do baixo peso** entre 2013 e 2023 nas três escalas analisadas (Paraná, Região Sul e Brasil). No Paraná, os índices passaram de **3,12% (2013) para cerca de 1,76% (2023)**, evidenciando uma **queda superior a 40%** em uma década. Resultado semelhante é observado na Região Sul, que apresentou a **menor prevalência entre as três áreas**, indicando que o Sul permanece como a região com melhor desempenho nutricional nacional.

O declínio do baixo peso pode estar relacionado a fatores como:

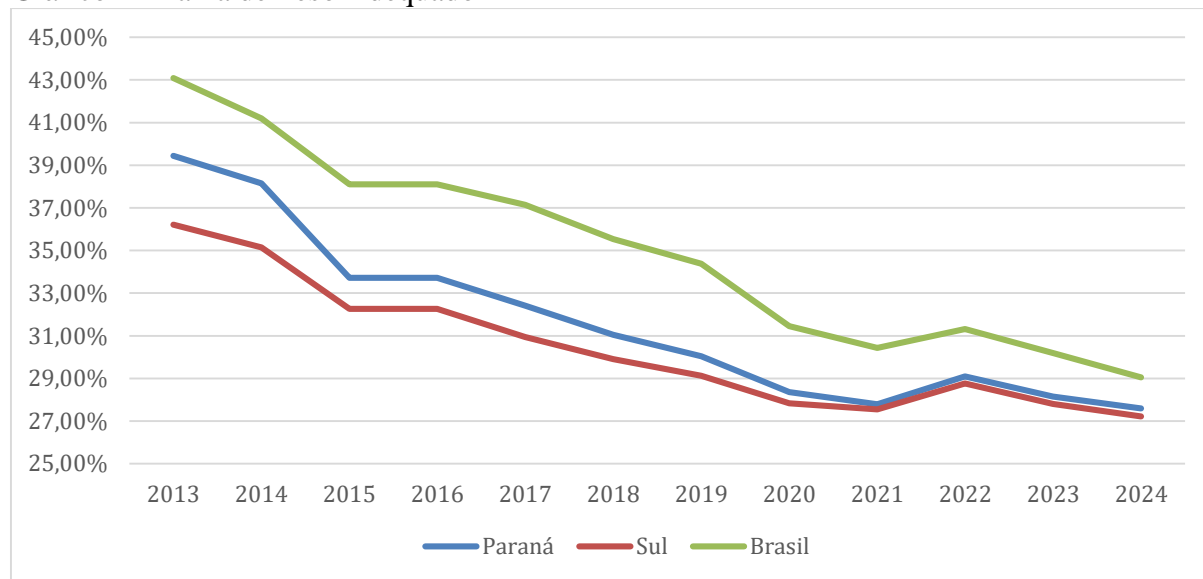
- Ampliação do **acesso à Atenção Primária à Saúde**, principalmente através da ESF;
- Políticas públicas como **Programa Bolsa Família e PNAE**, garantindo segurança alimentar mínima;
- Maior **cobertura vacinal e redução de doenças infecciosas**, historicamente associadas à desnutrição infantil;

Entretanto, mesmo com a redução percentual, especialistas alertam para um fenômeno importante: **a desnutrição não desapareceu, mas migrou para perfis específicos**, como populações indígenas, ribeirinhas, áreas rurais e periferias urbanas com insegurança alimentar. Estudos recentes do IBGE (2022) apontam que **mais de 33 milhões de brasileiros vivem em**

insegurança alimentar grave, o que indica risco persistente para o retorno da desnutrição caso políticas de proteção social sejam fragilizadas.

Assim, a tendência de redução observada no SISVAN deve ser interpretada com cautela: trata-se de uma **melhoria média** da população, mas ainda existe a possibilidade de **bolsões de vulnerabilidade nutricional**, especialmente pós-pandemia.

Gráfico 2 - Faixa de Peso Adequado



Fonte: Sisvan (2025) organizado pelos autores.

Observou-se uma **queda progressiva do percentual de indivíduos com peso adequado** entre 2013 e 2023. No Paraná, os valores diminuíram de **38,5% para aproximadamente 27,2%** — redução acima de **11 pontos percentuais**. Movimento semelhante é observado na Região Sul e no Brasil.

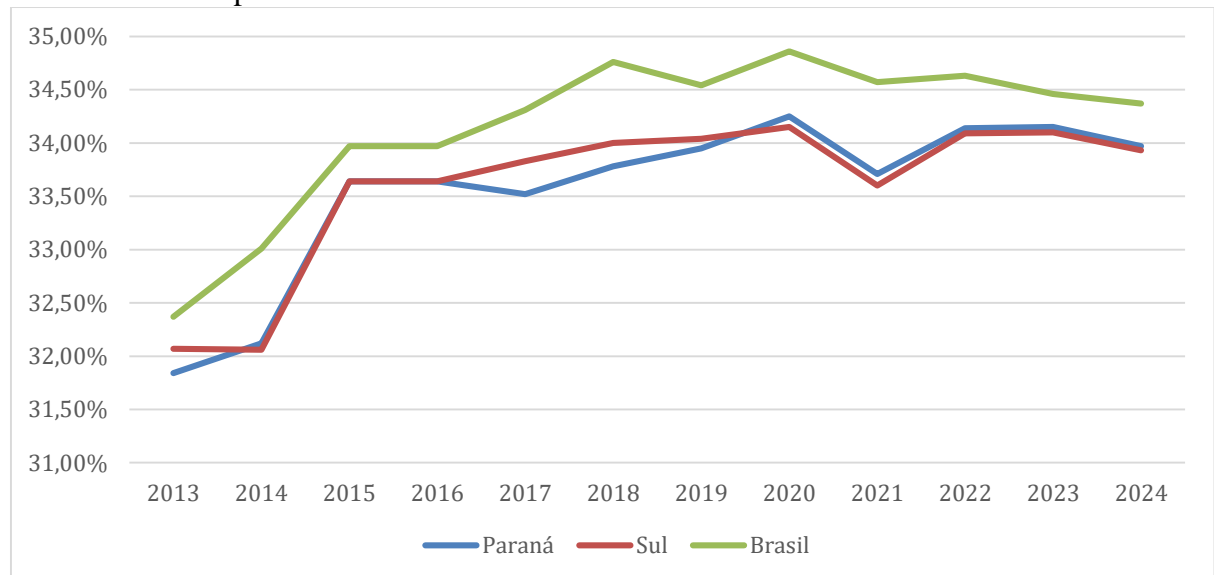
Essa tendência indica que a população está **migrando para os extremos** — **principalmente para o excesso de peso**, o que confirma o avanço da **transição nutricional**

no estado. redução da faixa de adequação nutricional é um forte indicativo de que o **perfil metabólico da população está se deteriorando**, abrindo espaço para aumento dos casos de:

- resistência insulínica;
- hipertensão arterial sistêmica;
- diabetes mellitus tipo 2;
- dislipidemias;
- esteatose hepática.

Os dados fortalecem a necessidade de **intervenções precoces**, sobretudo na infância. O Caderno de Atenção Básica nº 38 (MS) ressaltava que **80% dos adultos obesos eram crianças com excesso de peso**, o que reforça a importância da vigilância nutricional contínua.

Gráfico 3 - Sobrepeso



Fonte: Sisvan (2025) organizado pelos autores.

O gráfico de sobrepeso mostra uma **tendência ascendente até 2019**, com posterior estabilização, embora ainda em patamares elevados. No Paraná, os índices passaram de **31,8%**

(2013) para cerca de 34% (2023). A Região Sul e o Brasil acompanharam esse movimento, sendo o **Brasil a unidade com os maiores percentuais durante todo o período**.

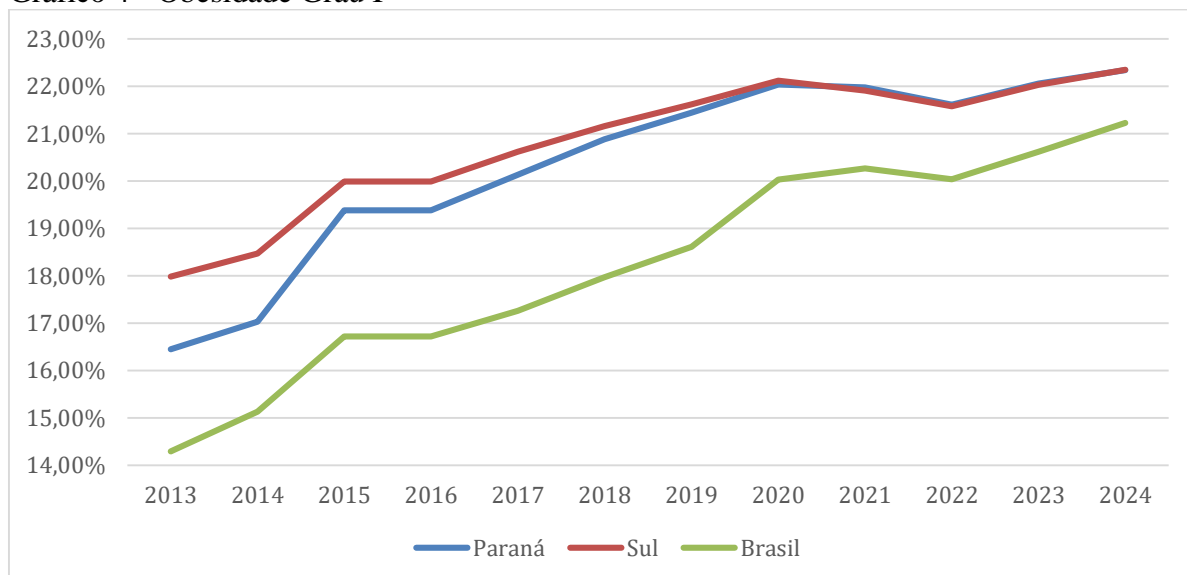
O crescimento do sobrepeso está fortemente associado a:

- Consumo crescente de **alimentos ultraprocessados**;
- Redução da prática de **atividade física regular**;
- Trabalho sedentário e aumento da jornada online/digital;
- Cultura alimentar baseada na conveniência (fast-food, delivery, snacks calóricos).

Além disso, dados do VIGITEL (2023) demonstram que **40% da população brasileira não consome frutas e verduras diariamente**, o que reforça a baixa qualidade alimentar. A Região Sul, ainda que com melhores indicadores, também segue a tendência de crescimento do excesso de peso — sugerindo que o problema **não está restrito à renda**, mas ao estilo de vida urbano moderno.

É possível observar ainda uma **estabilização do sobrepeso a partir de 2020**, possivelmente influenciada pelos efeitos da pandemia de COVID-19, que alterou profundamente hábitos alimentares e padrões de atividade física. Apesar disso, essa estabilização não significa melhora: os valores permaneceram **elevados e constantes**, sinalizando risco para progressão à obesidade.

Gráfico 4 - Obesidade Grau I



Fonte: Sisvan (2025) organizado pelos autores.

Os dados demonstram que a **obesidade grau I teve crescimento sustentado entre 2013 e 2023**, com maior intensidade entre 2017 e 2019. No Paraná, o percentual oscilou de **14% para quase 20%**, acompanhando o comportamento registrado na Região Sul e no Brasil. Este

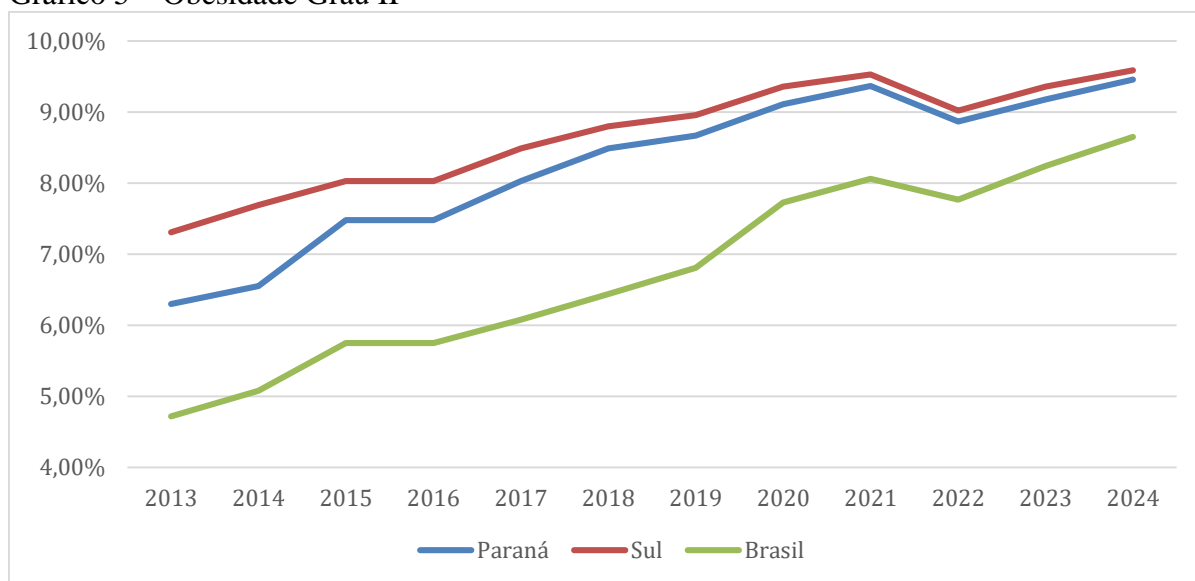
aumento reforça o estágio avançado da **Transição Nutricional**, em que o perfil populacional se desloca do baixo peso para o excesso de peso e obesidade.

O crescimento da obesidade grau I é particularmente relevante pois representa a **porta de entrada para o desenvolvimento de doenças cardiometabólicas**, como:

- resistência insulínica;
- diabetes mellitus tipo 2;
- hipertensão arterial sistêmica;
- síndrome metabólica;
- dislipidemias;
- esteatose hepática não alcoólica.

Assim, o aumento desse grau de obesidade tem forte impacto na saúde pública, uma vez que envolve a fase **ainda reversível** da doença, sendo o momento mais adequado para intervenção por meio da **atenção primária, mudança de estilo de vida e políticas de educação em saúde**.

Gráfico 5 – Obesidade Grau II



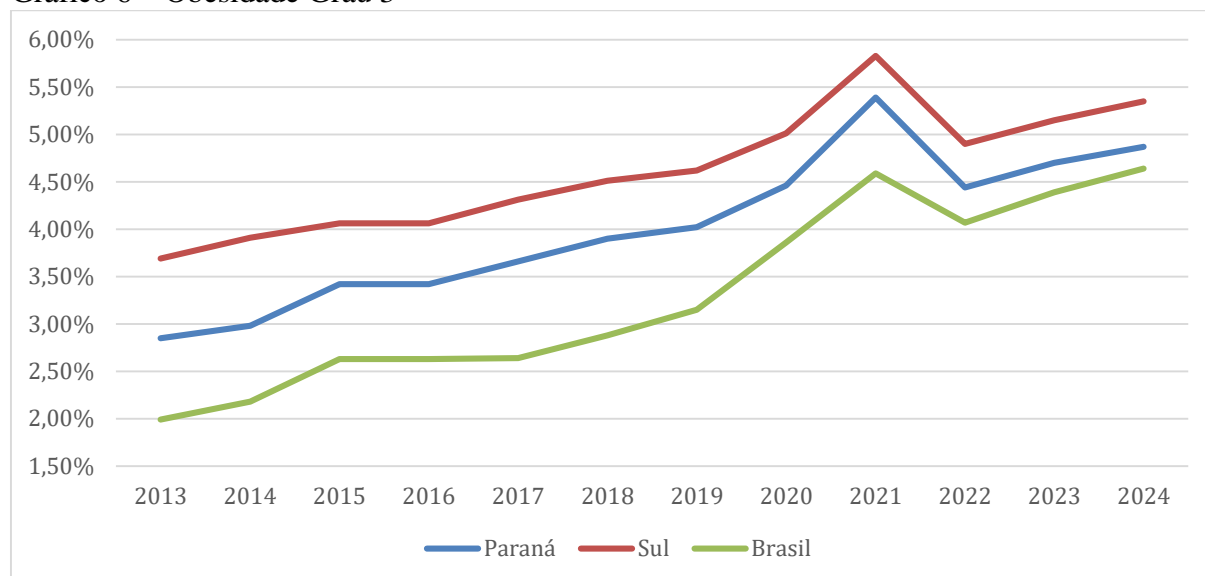
Fonte: Sisvan (2025) organizado pelos autores.

A obesidade grau II apresenta menor prevalência que o grau I, porém os dados indicam **crescimento lento e contínuo** entre 2013 e 2023. No Paraná, os índices variaram de **6% para cerca de 8%**, com comportamento semelhante na Região Sul e no Brasil. Esse aumento revela uma piora progressiva do perfil metabólico da população, indicando falhas na prevenção e tratamento precoce do excesso de peso.

O grau II está **associado a maior risco cardiovascular e metabólico**, demandando acompanhamento clínico mais estruturado, possível uso de farmacoterapia antiobesidade e

monitoramento de comorbidades. Além disso, este grupo apresenta **maior dificuldade de perda de peso**, o que aumenta os custos assistenciais e sobrecarrega a rede pública de saúde.

Gráfico 6 – Obesidade Grau 3



Fonte: Sisvan (2025) organizado pelos autores.

A obesidade grau III, ainda que represente a menor prevalência entre os graus, é a que possui **maior impacto clínico e econômico** para o sistema de saúde. Os dados do SISVAN apontam para uma **tendência ascendente**, mesmo que em menor inclinação, sugerindo que uma parte da população pode estar evoluindo rapidamente da obesidade intermediária (grau II) para obesidade mórbida — o que é compatível com o cenário pós-pandemia, no qual o sedentarismo e o consumo de ultraprocessados foram intensificados.

Este grau de obesidade configura um quadro clínico grave, frequentemente associado a:

- apneia obstrutiva do sono,
- insuficiência cardíaca,
- resistência insulínica severa / diabetes tipo 2 insulínica dependente,
- artropatias degenerativas,
- risco cirúrgico elevado,
- maior mortalidade precoce.

O tratamento geralmente envolve equipes multiprofissionais, com possibilidade de indicação de **cirurgia bariátrica** e necessidade de **acompanhamento longitudinal**

especializado, o que evidencia a urgência de ações preventivas ainda na infância e adolescência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução dos indicadores nutricionais no Paraná entre 2015 e 2024 evidencia a complexidade da dupla carga da má nutrição e reforça a necessidade de ações integradas de saúde pública. Os dados demonstram avanços importantes, como a expressiva redução do baixo peso, reflexo da ampliação da Atenção Primária à Saúde, do fortalecimento de políticas sociais e da melhoria geral das condições sanitárias. Entretanto, esses progressos convivem com um aumento contínuo do sobrepeso e da obesidade em seus diferentes graus, indicando que a transição nutricional no estado está amplamente consolidada e acompanhada por um cenário de deterioração do perfil metabólico da população. A diminuição da proporção de indivíduos com peso adequado, ao mesmo tempo em que crescem os índices de obesidade graus I, II e III, revela que o problema não está restrito a grupos específicos, mas é um fenômeno de caráter estrutural. Estilos de vida cada vez mais sedentários, maior disponibilidade de alimentos ultraprocessados e desigualdades socioeconômicas persistentes contribuem significativamente para o avanço do excesso de peso, reforçando a importância de compreender a má nutrição como um fenômeno multifatorial. Os resultados apontam também para a necessidade de fortalecer políticas públicas de prevenção, monitoramento e educação alimentar, com foco especial na população infantil, onde intervenções precoces demonstram maior efetividade. A atuação intersetorial entre saúde, educação, assistência social e segurança alimentar é essencial para enfrentar os determinantes sociais da má nutrição e para garantir que os avanços alcançados não sejam perdidos em contextos de crise, como evidenciado no pós-pandemia. Conclui-se, portanto, que o Paraná apresenta progressos relevantes no combate à desnutrição, mas enfrenta um desafio crescente relacionado à obesidade e suas comorbidades. Para que haja mudança significativa desse cenário, é imprescindível o aprimoramento contínuo das estratégias de promoção da saúde e alimentação adequada, bem como o fortalecimento do

SUS na oferta de ações preventivas, educativas e de cuidado integral, respeitando as especificidades regionais e a realidade socioeconômica da população.

REFERÊNCIAS

1. Monteiro CA, Cannon G, Levy RB, Moubarac J-C, Louzada MLC, Rauber F, et al. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. *Public Health Nutr.* 2019;22(5):936–41.
2. Ministério da Saúde (BR). *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
3. Jaime PC, Delmuè DCC, Campello T, Silva DO, Santos LMP. Ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil: avanços e desafios. *Rev Nutr.* 2011;24(6):859–71.
4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017–2018: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE; 2020.
5. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
6. Santos LMP, Santos SMC, Pereira M. Evolução da desnutrição e obesidade infantil no Brasil: o paradoxo da má nutrição. *Cien Saude Colet.* 2019;24(10):3369–78.